

---

## Classe média brasileira: novas fachadas, velhos hábitos\*

Lucas Porto de Queiroz<sup>i</sup>

Camila Barros<sup>ii</sup>

---

**Resumo:** Neste artigo procuramos mostrar de que modo dados aparentemente tão desprezíveis quanto os nomes de condomínios residenciais de uma grande cidade brasileira podem ser reveladores da maneira excludente como, segundo o que tem defendido Souza (2019), nossa classe média historicamente se comporta. Para ecoar esse pano de fundo sociológico, utilizamos, num primeiro momento, as categorias metodológicas da semiótica tensiva (ZILBERBERG, 2011) e, numa segunda etapa, convocamos para a análise categorias do design (LUPTON; PHILLIPS, 2014; SILVA; FARIAS, 2005). Nosso *corpus* é composto por 12 nomes de condomínios de Fortaleza-CE, seis deles localizados num bairro de perfil socioeconômico mais modesto, Passaré, e seis num bairro mais rico da capital cearense, Engenheiro Luciano Cavalcante.

**Palavras-chave:** classe média; Brasil; condomínios; Semiótica; design.

---

---

\* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.181863>.

<sup>i</sup> Docente substituto do curso de Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Acarape, CE, Brasil. E-mail: l-porto@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2124-084X>.

<sup>ii</sup> Docente do curso de Design da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: [camila@daud.ufc.br](mailto:camila@daud.ufc.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5090-1147>.

## Introdução

**N**osso objetivo mais amplo com este artigo é mostrar de que modo dados aparentemente tão despreziosos quanto alguns nomes de condomínios residenciais de uma grande cidade brasileira podem ser reveladores da maneira como, de acordo com o que tem defendido Jessé Souza (2019), nossa classe média surgiu, vicejou e insiste em se comportar no Brasil.

Na linha do que tem proposto esse merecidamente festejado sociólogo brasileiro, tudo se passa como se a maneira pela qual fomos nos organizando socialmente desde a chegada dos portugueses tivesse, conforme explicaremos ao longo do trabalho, cristalizado certos hábitos sociais que podem ser reconhecidos até hoje (e até mesmo) em elementos citadinos corriqueiros, por baixo dos quais corre, no entanto – eis o que queremos iluminar –, a espessa raiz social da qual eles provêm. Ocupar-nos-emos em mostrar, assim, que nosso passado, aquilo que o caracteriza fundamentalmente, faz sombra em nosso mais desprezioso hábito presente, basta uma análise minimamente paciente para ver. Queremos dizer nesse sentido que, se Jessé Souza reinterpreta, num processo que recapitularemos mais adiante, as bases sobre as quais nossa sociedade foi erguida, nosso exercício de análise tentará mostrar de que modo esse alicerce se prolonga em dados de superfície, que despontam na fachada de nossa sociedade.

Dessa forma, aquilo que iremos analisar, isto é, de um lado, os nomes dos prédios que compõem nosso *corpus*, e, de outro, as técnicas de design através das quais tais nomes são projetados nas fachadas dos condomínios, deve ser compreendido como parte de um contexto social mais amplo, perpetuado secularmente no Brasil, e que tentaremos explicar ao longo do trabalho.

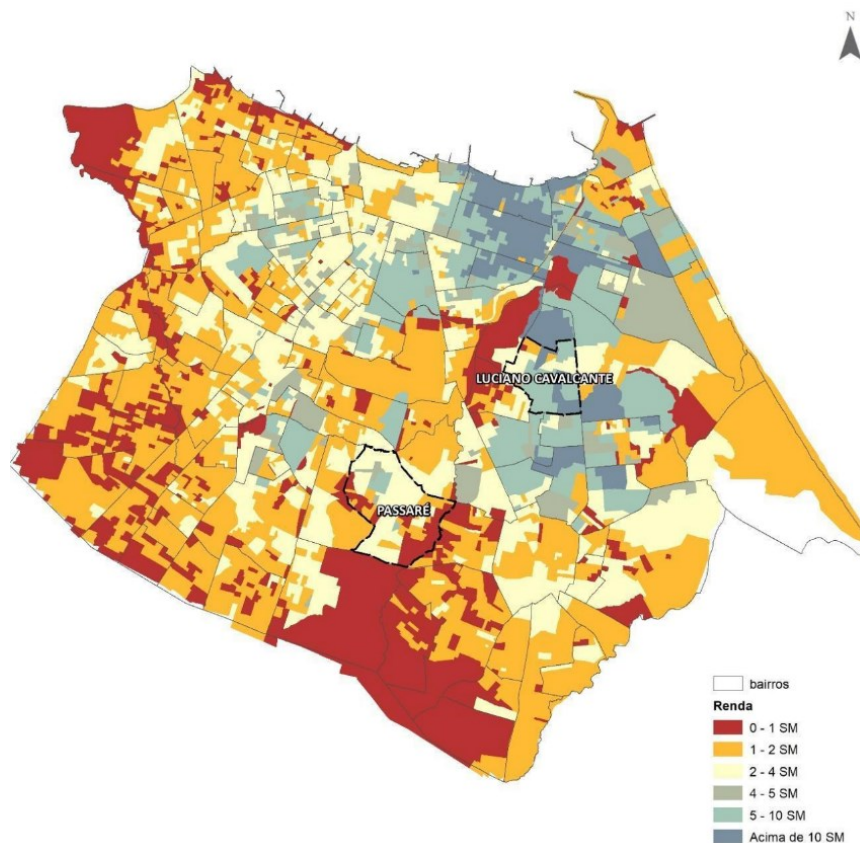
Para a observação dos nomes propriamente, lançaremos mão da semiótica de linha francesa, mais especificamente em seus desdobramentos tensivos (ZILBERBERG, 2011). Se nosso propósito é mostrar de que modo um argumento oriundo da sociologia se inscreve em um produto discursivo (que poderia ser um poema, uma canção, um filme etc., mas, em nosso caso, é a exposição de nomes de condomínios), ou seja, se nossa ideia é mostrar de que modo dados *superficiais* como a nomeação de alguns edifícios podem ecoar valores sociais *profundos* revelados na referida pesquisa de Souza (2019), acreditamos que a semiótica francesa, com suas categorias que se pretendem gerais acerca da significação humana, pode vir a calhar.

Já no momento em que formos analisar não os nomes, mas as técnicas (tipográficas, de logotipo etc.) de design envolvidas na exposição dos nomes dos condomínios, valer-nos-emos de contribuições de Lupton e Phillips (2014), para apontarmos os elementos que compõem a marca gráfica em sua morfologia e sintaxe visual, e também de Silva e Farias (2005), para analisarmos os aspectos tipográficos. Posteriormente, levantaremos os aspectos semânticos e

consideraremos também a noção de "novas raridades", do filósofo francês Baudrillard (1995), além do já citado Jessé Souza. Assim, compreenderemos como o texto visual revela, também, valores de distinção comuns à classe média brasileira.

Ainda no que respeita às nossas opções metodológicas, cabe informar que nosso *corpus* será composto por 12 nomes de prédios, seis deles localizados num bairro de Fortaleza chamado Engenheiro Luciano Cavalcante, que passou por um recente momento de efervescência imobiliária e ascensão econômica, figurando hoje como um dos locais que mais concentram renda da capital cearense, e seis prédios situados num bairro de perfil econômico mais modesto, Passaré, também em Fortaleza. O contraste econômico entre os dois bairros pode ser visto no mapa abaixo (ver Figura 1):

Figura 1: Mapa de Fortaleza: bairros vs. renda.



Fonte: IBGE, com reprocessamento de dados feito pela Quanta Consultoria<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Agradecemos à Quanta Consultoria, empresa que atua em projetos de desenvolvimento urbano, pelo fornecimento do mapa.

Num primeiro momento do artigo, faremos uma necessária explanação sobre a parte da pesquisa de Souza (2019) que interessa à nossa discussão, ou seja, retomaremos a distinta maneira como esse sociólogo enxerga a classe média brasileira. Em seguida, lançando mão das lentes metodológicas que anunciamos anteriormente, procederemos à análise de nosso *corpus*, relacionando-o à argumentação contida em *A elite do atraso*. Por fim, sob a forma de considerações finais, uma breve retomada de nossa caminhada.

## 1. Contexto social brasileiro: nascimento e perpetuação

Durante os três primeiros séculos de nossa colonização – isto é, da chegada dos portugueses em nossas terras até aproximadamente o começo do século XIX, quando a família real portuguesa se transfere para o Brasil e com isso se inicia um paulatino e importante processo de mudança em nosso tecido social – as pessoas que efetivamente comandavam estas terras gozavam de uma condição muito específica, fundamental para que entendamos, a um só tempo, o argumento geral deste artigo e também o hábito social perpetuado, *grosso modo*, até hoje entre nós.

Queremos deixar claro, nesse sentido, que aqueles para quem o estado português transferiu a responsabilidade de ocupar e colonizar estas terras – ou seja, aqueles que acabariam em pouco tempo se transformando em senhores de escravos e de terras – encontraram, aqui, um cenário em que reinavam absolutos, desconhecendo, na prática, qualquer instância que lhes tolhesse parte do poder em nome de um estágio civilizatório mais protuberante. Assim, como destaca Souza (2019), os senhores de escravos, no fim das contas, não se submetiam nem ao Estado português, incapaz ou mesmo desinteressado em conferir as, digamos, condições de humanidade de que seus mandatários estavam se valendo para colonizar aquelas terras recém-descobertas; nem à Igreja, na medida em que a capela era uma extensão da casa-grande; e muito menos às demais pessoas que ali viviam ou passaram a viver (povos originários, escravizados negros e a família que o senhor começava a constituir), todas elas submissas ao poder do patriarca.

Aliás, o próprio Gilberto Freyre (2006), sociólogo à frente do seu tempo (embora também refém<sup>2</sup> dele), já havia apontado, quase cem anos atrás, a condição singular de que gozava o senhor de engenho aqui instalado. O trecho abaixo ilustra, a um só tempo, a soberbia do proprietário da casa-grande em relação à Igreja, ao Estado e aos demais habitantes da colônia:

---

<sup>2</sup> *Refém* porque as "zonas de confraternização entre vencedores e vencidos" (FREYRE, 2006, p. 33) que Freyre quer enxergar não encontram esteio na "exagerada tendência para o sadismo" (p. 462) que, paradoxalmente, ele próprio descobre como marca mais influente de nossa escravidão. Em suma, o autor não consegue se desvencilhar do mito, tão prejudicial à população negra, da democracia racial (GONZALEZ, 2020).

Na expressão popular, hoje irônica – "Vá queixar-se ao bispo" – [...], sobrevive a antiga ideia do prestígio eclesiástico maior que o civil [...]. No Brasil já esse prestígio não seria tão grande. As condições de colonização [...] – *condições francamente feudais* – o que acentuaram [...] foi o abuso do coito ou do homizão pelos grandes proprietários de engenhos [...]. Criminoso ou escravo fugido que se apadrinhasse com senhor de engenho livrava-se na certa das iras da justiça ou da polícia. Mesmo que passasse preso diante da casa-grande bastava gritar: – "Valha-me, seu Coronel Fulano". [...] No Brasil, a catedral ou a igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de engenho [...]. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvair-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e de escravos (FREYRE, 2006, p. 270-271, grifos nossos).

Era mesmo, conforme grifamos acima, *francamente feudal* a condição do dono de terras nesse período. A apreciação não parece casual, sendo reiterada um pouco adiante, quando o autor qualifica os "direitos *de senhores feudais* sobre a gente que fosse aí mourejar" (FREYRE, 2006, p. 324, grifos nossos).

Ora, se lembrarmos que, de acordo com o célebre estudo de Norbert Elias (2011), a *civilização* no ocidente nasce justamente quando o sujeito tem dirimidos seus impulsos primários (sexuais, violentos etc.) em nome de uma convivência minimamente regrada, trata-se de entender que o Brasil permaneceu, durante seus três primeiros séculos de colonização, explicitamente incivilizado, como conclui Souza (2019).

Note-se: dissemos *explicitamente* porque, levando às últimas consequências o conceito de Elias (2011), ou seja, observando que a civilização só se estabiliza mais plenamente quando os próprios sujeitos (não mais por conta de uma força externa, como o Estado), introjetando os mecanismos psicossociais de culpa e de remorso, reconhecem-se no sofrimento do outro, Jessé Souza (2019) vai estender tal condição incivilizada até nossos dias.

Indo direto ao ponto, o que o sociólogo brasileiro está iluminando é que, quando grande parte da população do país vocifera contra políticas inclusivas e assistencialistas voltadas a quem vive miseravelmente, ou quando comemora sorrateiramente chacinas contra presos desarmados<sup>3</sup>, vem à tona esse traço de completa insensibilização em relação à alteridade. Sem ele, não se pode falar em civilização, segundo Elias (2011). Negar ao outro condições elementares de dignidade humana é dar mostras de que, ao longo de nosso processo histórico-social, não só nossas classes privilegiadas se mantiveram distantes dessa condição civilizatória, como *continuaram* um comportamento excludente cujas raízes são reconhecíveis na tirania do senhor de engenho.

<sup>3</sup> A exemplo da que é relatada em Estação Carandiru (VARELLA, 2005), para citar apenas um, entre tantos casos.

Abrimos este leque argumentativo na esperança de que ele ajude a notar, em suma, que "estamos lidando, no caso do escravismo brasileiro, na verdade, com um conceito limite de sociedade, onde a *ausência de instituições intermediárias*" (SOUZA, 2019, p. 53, grifos nossos) favorece o surgimento e a manutenção de um homem autoritário, centralizador e agressivo como responsável mais próximo – e, portanto, mais influente do ponto de vista das relações sociais que foram se engendrando aqui – por nossa colonização. Devemos ter em vista essa condição específica em que reinavam os poderosos do nascente Brasil porque ela é primordial para o entendimento de nossa formação, permitindo compreender que "[...] o senhor de terras e de escravos era um hiperindivíduo, [...] bárbaro sem qualquer noção internalizada de limites em relação a seus impulsos primários" (SOUZA, 2019, p. 54). A ausência de instâncias que impusessem na prática algum freio ao poder do patriarca abriu terreno, dessa maneira, para o sadismo com que o senhor de terras tratava sua esposa, suas amantes, seus filhos e, sobretudo, seus escravizados.

Apenas com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, esse imenso hiato separando, de um lado, o poder despótico do patriarca, e, de outro, o sadismo a que era submetido o negro, começa a ser preenchido, *maquiando* o abismo entre as duas instâncias.

Isso porque, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, o país inicia, devido a uma série de medidas – abertura dos portos, iniciando alguma diversificação do comércio local; criação de teatros, bibliotecas e primeiros veículos de imprensa, deflagrando uma incipiente movimentação cultural que contribuiria para a abolição formal da escravidão, no fim daquele século; fim de decretos que proibiam a instalação de manufaturas no Brasil etc. – um tímido, mas relevante processo de urbanização.

Nascia, assim, do seio dessas mudanças, um grupo que alteraria de modo decisivo a configuração social do país: a classe média brasileira, a qual nem era exatamente filha da elite que surfara na onda da monocultura latifundiária, nem se reconhecia como mera mão de obra braçal, *status* reservado aos escravizados. Formava-se, então, esse grupo que nem se inseria como parte da elite dos proprietários rurais, que haviam enriquecido à sombra da casa-grande, mas que tampouco queria se aproximar da massa de escravizados negros que, algumas décadas depois, seria largada à própria sorte no mercado de trabalho, com o fim formal da escravidão. Nossa classe média nasce, assim, do sopro de esperança vindo com a família real – sob a forma de um incipiente comércio, dos cargos administrativos que aparelhavam o estado, das profissões liberais que começam a engatinhar por aqui etc.

No entanto, uma questão que se impõe como fundamental para a compreensão desse nascente grupo brasileiro é: se ele não tinha acesso aos bens e recursos escassos, já tomados pela elite latifundiária de então, como poderia distinguir-se, afastar-se da condição que o exasperava de simples operariado?

Ora, isso se deu por aquele que seria doravante o "elemento distintivo da classe média [...]: a classe que se forma a partir da reprodução do capital cultural [...]" (SOUZA, 2019, p. 137). Noutros termos, foi se apropriando – sem jamais aceitar dividir, o que explica o rebuliço que houve quando, aproximadamente dois séculos depois, pobres e negros puderam, pela primeira vez de modo coordenado, acessar parte desse *capital cultural*, ingressando em universidades, por exemplo – dos valores europeizantes semeados por aqui a partir de 1808 que a classe média se distinguiu das classes populares. A apropriação desse capital cultural fez as vezes de fator distintivo em relação à massa que seguia marginalizada. Foi essa a "forma [encontrada] de garantir e assegurar a distância social em relação aos pobres" (SOUZA, 2019, p. 196). O perfume de urbanização borrifado por aqui após o desembarque das naus de D. João – seja através do pequeno comércio que começou a surgir, seja da incipiente movimentação intelectual, com os teatros e bibliotecas que foram despontando, seja ainda com o desenvolvimento e criação ou proliferação de cargos administrativos e profissões liberais – foi logo monopolizado por uma nascente classe média como modo de distinção social. Em palavras de Jessé Souza (2019, p. 235), o "ódio secular aos pobres" disfarçou-se de valores europeizantes.

No fim das contas, embora as poderosas famílias patriarcais, estas sim componentes da elite brasileira, também tenham usado a seu favor as pílulas de intelectualidade importadas do Velho Mundo a partir de 1808, parece ter sido sobretudo a nascente classe média quem mais rapidamente incorporou esse "bom gosto" de filiação estrangeira como uma maneira – a única a seu dispor – de *distinção social*.

## 2. Análise do *corpus*: novas formas, velhas práticas de distinção e exclusão social

### 2.1. Aspectos verbais

Antes de iniciarmos nossa análise, observemos as 12 imagens que, aglutinando os nomes dos prédios propriamente ditos com a maneira como são expostos, compõem nosso *corpus* (ver Figuras 2 e 3). O conjunto já está dividido entre os dois bairros de Fortaleza cujas características anunciamos na Introdução.



Figura 2 - *Corpus* da pesquisa, bairro Eng. Luciano Cavalcante.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Figura 3 - *Corpus* da pesquisa, bairro Passaré.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

No que tange ao aspecto verbal, em relação aos seis prédios do bairro Engenheiro Luciano Cavalcante (*La Traviata Residence*, *Constable Galerie*,



*Reservatto Condomínio Parque, Isla Jardin, Parc Victoria e Bravo Residence*), há uma série de traços que indiciam, na esteira do que temos argumentado ao longo do artigo, a já velha prática utilizada pela classe média brasileira como forma de se distinguir socialmente, qual seja: apropriando-se de um "capital cultural [...] valorizado" (SOUZA, 2019, p. 137-138, grifos nossos).

Nesse espírito, a constante utilização de vocábulos estrangeiros (*Residence, Galerie, Isla, Jardin, Parc, Victoria*) pode ser lida mais como estratégia de distanciamento em relação às classes populares – que nunca puderam acessar, de modo sistemático, esse capital cultural – do que propriamente como uma espécie de homenagem a uma nação específica. Misturas desordenadas como *La Traviata Residence* (que combina sabores italianos e ingleses), *Reservatto Condomínio Parque* (que põe num mesmo sintagma termos do Português com um acochambramento do italiano *riservato*), *Bravo Residence* (que mescla um termo de língua latina com outro do inglês) apenas reforçam a ideia de que o que mais importa, na nomeação dos prédios, é borrifar algum perfume estrangeiro capaz de separar sutilmente quem pode de quem não pode morar ali. Queremos dizer que a mistura grosseira – mas não caótica, na medida em que, vale destacar, apenas vocábulos de línguas prestigiadas na cena mundial foram escolhidos – de estrangeirismos ecoa a principal forma através da qual a classe média, desde seu nascimento, se vale para se distinguir das classes marginalizadas, conforme argumento de Souza (2019).

Interessante notar aqui que, semioticamente (GREIMAS; COURTÉS, 2012), a tal "distinção social" desdobrar-se-ia em diferentes papéis temáticos performados por esse mesmo sujeito, a classe média. Em nosso *corpus*, teríamos até aqui, assim, o papel temático do *refinado* ou *ilustrado*, para quem os termos europeizantes soam familiares. Num outro recorte, poderíamos encontrar o papel do *perseverante* ou *batalhador*, para quem a meritocracia explica sozinha sua posição socioeconômica, e assim por diante.

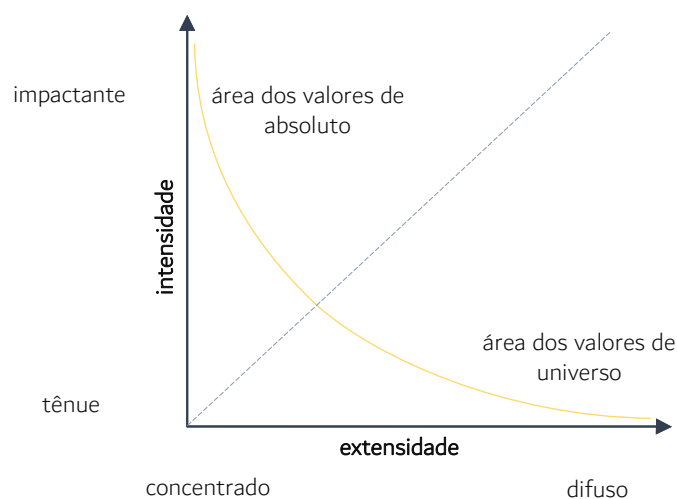
Ainda tratando apenas dos aspectos verbais desses primeiros seis prédios, chama atenção, de um lado, um efeito de, digamos, *honraria* suscitado em alguns momentos (*Bravo, Victoria*), e, de outro, um traço de baixa acessibilidade: *Galerie, Reservatto, Isla* são todos termos que, quando traduzidos ou aproximados para o Português (galeria, reservado e ilha, respectivamente), dividem um aspecto semântico de *restrição*, como a sublinhar uma fronteira – antes de tudo simbólica, já que nascida da palavra – apartando quem pode de quem não pode viver nesses locais.

Ora, cabe assinalar que, tanto esse traço de baixa acessibilidade como o efeito que já comentamos de honrada singularidade suscitado pelos nomes dos prédios representam, metonimicamente, uma maneira específica de produzir e interpretar sentido, de acordo com a semiótica tensiva proposta por Zilberberg (2011). Queremos dizer que essa teoria da significação humana dispõe de uma

categoria que nos ajuda a entender, numa chave de leitura mais abrangente, o que está em jogo no *corpus* observado até o momento.

Referimo-nos aos valores de absoluto (ZILBERBERG, 2011), reconhecíveis sempre que um produto discursivo qualquer (um filme, um poema, uma canção e, em nosso caso, a nomeação de determinados prédios) cria efeitos *impactantes* e *concentrados* (ver Figura 4). Expliquemos: nos casos observados até aqui, a distintiva singularidade engendradora nos nomes dos prédios, fundamental para assinalar uma fronteira tão cara à classe média brasileira, deve-se, em primeiro lugar, a um certo arrebatamento sensível gerado pelos estrangeirismos e termos que conotam baixa acessibilidade. Tais estratégias estabelecem uma espécie de ruptura com a ordem casual dos nomes em língua portuguesa. Decorre daí um efeito de concentração: são poucas as pessoas que se veem reconhecidas na reprodução desse capital cultural. O gráfico abaixo deve ajudar a compreender o que dissemos:

Figura 4: Valores de absoluto vs. valores de universo.



Fonte: adaptado de Zilberberg (2011, p. 90).

O eixo vertical, denominado de intensidade, diz respeito ao plano sensível, ao passo que o eixo horizontal, chamado de extensidade, representa o plano inteligível da significação. Cabe destacar – lamentavelmente sem tempo para maiores aprofundamentos, o que nos demandaria digressões que não cabem aqui – que, segundo o esquematismo tensivo de Zilberberg (2011), o sentido nasce necessariamente da tensão entre uma medida sensível e um dado inteligível. Assim, a cada ponto no eixo vertical (mais ou menos tênue ou impactante) corresponde um efeito de maior ou menor concentração ou difusão, no eixo horizontal.

Via de regra, quanto maior for o impacto sensível promovido pelo objeto com que estejamos lidando, mais concentração ele promove (ou seja, quanto maior o impacto, mais difícil será acomodá-lo inteligivelmente). Do mesmo modo, quanto mais tênue, isto é, quanto mais fraco for o impacto sensível do objeto, mais ele tenderá à difusão, dispersando-se, com maior grau de inteligibilidade, em nosso campo de significação.

Dessa maneira, compreende-se melhor de que modo o maior impacto gerado pelos nomes dos prédios do bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, dificultando uma leitura mais democratizante – ou seja, concentrando o público que se reconhece nesses estrangeirismos –, participa da forma através da qual a classe média se distingue do *status* de operariado. É evidente, destarte, que esses nomes foram forjados na chamada área dos valores de absoluto (ZILBERBERG, 2011).

Se tivermos em vista que, segundo Zilberberg (2011, p. 122, grifos do autor), em "[...] qualquer que seja o gênero adotado, o discurso opera por *triagem(ns)* e *mistura(s)*", diríamos que os nomes observados até aqui derivam do primeiro desses modos: o *corpus* do bairro Luciano Cavalcante é fruto sobretudo de uma *seleção*, num certo universo semântico, que sublinhe os atributos de quem reside ali, des-misturando aqueles que não fazem parte desse grupo.

Passando agora aos aspectos verbais dos seis prédios do bairro Passaré (*Condomínio Residencial Antônio Marques, Residencial Prudente Brasil, Condomínio Helder Leite Jr., Residencial Parque Adriano, Horto Residence, Villa Rubi*), chama-nos atenção inicialmente a predominância de corriqueiros nomes em língua materna, num claro contraste com a massiva presença de termos estrangeiros e/ou segregadores observados anteriormente. Assim, temos, de um lado, uma presença marcante de nomes próprios bastante casuais – pouco impactantes, portanto – pinçados da língua portuguesa (*Helder Leite Jr., Antônio Marques, Prudente Brasil*). Num dos prédios, inclusive, a tenuidade – ou seja, o baixo impacto sensível – presente na nomeação chega ao ponto de prescindir de qualquer sobrenome (*Residencial Parque “Adriano”*), o que acaba por criar um enorme efeito de difusão: o Adriano que centraliza o nome deste prédio dispersa-se, sem sobrenome, entre uma infinidade de Adrianos possíveis.

Dessa maneira, se os prédios do Luciano Cavalcante utilizam estratégias cujo impacto sensível acaba afastando a maior parte das pessoas, o Passaré prioriza nomes cuja tenuidade se difunde mais facilmente no campo inteligível das pessoas. De um lado (Luciano Cavalcante), portanto, um regime excludente; de outro (Passaré), um regime mais democratizante, participativo.

Além disso, também podemos perceber, comparando os dados dos dois bairros, uma considerável substituição de termos estrangeiros por vocábulos do Português (Residencial em lugar de *Residence*, Parque em vez de *Parc*), de modo que praticamente se evapora, de um bairro para o outro, aquele perfume

estrangeiro utilizado pela classe média como uma maneira de se distinguir socialmente (SOUZA, 2019).

É bem verdade que, também no Passaré, há dois prédios (*Horto Residence e Villa Rubi*) cujos nomes revelam a mesma tendência analisada por relação aos prédios do Luciano Cavalcante, isto é, nomes que suscitam algum estrangeirismo (*Residence, Villa*) ou algum elemento excludente que conota pouca acessibilidade (*Horto, Rubi*). Longe de esses nomes invalidarem nossa linha argumentativa, cremos que eles apenas revelam o quão complexa é a discussão deflagrada neste artigo. Seria preciso uma pesquisa de maior fôlego – com maior número de prédios, bairros, quiçá cidades – para elucidar de que modo a classe média brasileira foi, ao longo do tempo, passando a reproduzir o capital cultural valorizado (seu maior trunfo como forma de distinção social) não só na música que ouvia ou nos livros que lia – mas até mesmo nos nomes dos locais em que morava. Queremos dizer que, também no Passaré, talvez haja uma classe média que deseja se distinguir através da apropriação do capital cultural. De todo modo, apenas uma pesquisa mais robusta poderia elucidar tais nuances.

Voltando a aproveitar o gráfico apresentado anteriormente, podemos afirmar que os nomes verificados no Passaré, à exceção dos já ressaltados *Horto Residence e Villa Rubi*, foram engendrados na área dos valores de universo (ZILBERBERG, 2011). É nessa região da significação, afinal, que o baixo impacto sensível (suscitado pelos corriqueiros nomes dos prédios) corresponde a uma compreensão mais ampla, ou seja, a uma extensidade mais difusa, mais participativa. De igual maneira, se vimos, no bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, a triagem como estratégia que radica os *valores de absoluta*, temos, no Passaré, a *mistura* como principal responsável pelos *valores de universo* que se sobressaem nesse bairro (ZILBERBERG, 2011).

## 2.2. Aspectos verbo-visuais

A constituição visual da mensagem proposta como elemento simbólico identificador de cada prédio atua como marca identitária do grupo de pessoas que habitam tal espaço arquitetônico. A existência de um elemento, ou um grupo de elementos, que constituem a identidade visual do condomínio, por si, demonstra a necessidade de distinção. Em uma perspectiva de funcionalidade primária, a casa é lugar privado e de segurança, protegendo o indivíduo das intempéries naturais e da violência urbana. Para além, como dispositivo, o objeto-signo (BAUDRILLARD, 2015) casa concretiza as relações de consumo e a lógica da diferenciação inerente a ela. A casa, então, como mercadoria, como objeto, tem sua valoração instaurada no sentido do bem viver (localização em bairros nobres, espaços arborizados no condomínio, estilo e qualidade da edificação, promoção da vida saudável, sentido de comunidade etc.). Há, portanto, uma constituição da posse do objeto-signo casa também como lugar do bem viver

privado, espaço definidor de quem a ele pertence, excluindo outros que não compartilham os mesmos códigos distintivos. Assim, não é incomum vermos publicidades de empreendimentos arquitetônicos que convocam o leitor ao pertencimento a um grupo exclusivo via compra de um imóvel.

Como objeto destinado ao consumo, os condomínios ganham uma sinalização própria exposta por uma marca gráfica representativa da proposição do estilo de vida vendido pelos empreendimentos imobiliários. Tal estilo é ancorado especialmente em sentidos que agregam à constituição identitária do que faz um sujeito pertencente à classe média. A marca gráfica desenvolvida para o imóvel deve, portanto, expressar, verbal e imagetivamente, qual será a *experiência* de bem viver proposta pela morada, trazendo signos que evocam diversas experiências em consonância com as palavras de ordem do capital (natureza, arte, comunidade, estilo etc.).

Em nosso *corpus* percebemos, numa primeira rápida observação, que os condomínios do bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, em sua totalidade, possuem destacada sinalização para a sua marca gráfica, ao passo que, dos seis condomínios que tomamos como amostra no bairro Passaré, quatro possuem somente uma assinatura tipográfica, ou seja, a sinalização fica restrita à identificação verbal e ao estilo de letra adotado. Há, assim, nesse bairro, o uso predominante de sinalizações de menor impacto visual.

Passando agora a uma observação mais minuciosa, observamos, no Luciano Cavalcante, duas tendências que, embora diferentes, convergem no sentido de conferir maior singularidade aos condomínios, quais sejam: de um lado, as técnicas de design aludem ao campo das artes e dos valores europeizantes, ecoando, assim, o *capital cultural* fundamental para que a classe média se distinga (SOUZA, 2019). De outro lado, elementos do design que remetem à natureza, uma das “novas raridades” a que somente privilegiados têm acesso, conforme Baudrillard (1995, p. 56).

Tomemos um exemplo: a placa do condomínio *La traviata* tem, como escolha tipográfica, uma letra desenhada com serifas – pequenos traços prolongados desenhados no início ou fim das hastes das letras –, e um estilo da letra é conhecido como estilo antigo (*old style*) (SILVA; FARIAS, 2005). Ao fundo, temos uma placa de mármore, que delimita o espaço e que, por sua forma de linhas retas, faz referência a uma coluna dórica (em disposição horizontal). Assim como o uso do mármore, um material assumido como nobre, o uso da textura pode ser lido também como um desejo de associação às produções arquitetônicas da antiguidade. Em contraste com esse universo semântico que remete ao estilo artístico da antiguidade clássica, temos a palavra *residence* como destaque cromático, embora usando a mesma tipografia.

O contraste, aliás, se faz não só no plano verbal, mas também pelo alto índice de saturação da cor verde, incomum para as obras da época. Esse contraste provoca um salto temporal, de modo que o texto em italiano, em tons mais

dessaturados (preto e marrom), evoca uma época passada, e a palavra em inglês, em destaque com uma cor vibrante, nos traz a um presente, sublinhando um maior ritmo, vibração, em um tom mais comum às expressões artísticas contemporâneas. Um contraste semelhante aparece na marca do *Bravo Residence*, que não ocorre nas escolhas cromáticas, mas na diferenciação entre estilos tipográficos.

Uma outra marca que faz referência ao campo da arte é a do *Constable Galerie*. Supondo que haja aqui uma referência à galeria do pintor londrino John Constable, temos dela uma representação com o recorte proposto pelo enquadramento feito com linhas rápidas como as de um pincel, em cinza. A imagem retratada faria, nessa chave de leitura, menção às paisagens naturais pintadas pelo artista romântico europeu. O campo simbólico da arte é apresentado no plano verbal e visual, de maneira que a palavra *galerie*, grafada em uma tipografia de estilo manual (*brush*), também com textura de pincel e disposta no canto inferior direito, faz menção à assinatura do artista (LUPTON; PHILLIPS, 2014).

Passemos, agora, à segunda tendência que anunciamos acima como modo de conferir maior singularidade aos espaços: a alusão à natureza. É nessa perspectiva que podemos interpretar, por exemplo, a pintura de uma árvore exposta na placa do *Constable Galerie*. Atual palavra de ordem do capitalismo, muitas vezes invertida como argumento ao consumo, a *sustentabilidade* aparece ora como eficiência, ora como adoração idílica. Como um oásis no concreto da cidade, muitos condomínios trazem o atrativo de possuírem uma área verde, cada vez mais incomum nos espaços públicos, como uma raridade que outrora era disponível para muitos e que, agora, por conta de aspectos sociais e ambientais, torna-se um bem acessível apenas aos privilegiados (BAUDRILLARD, 1995), configurando-se como aspecto distintivo.

Os prédios *Isla Jardim*, *Parc Vitória* e *Reservatto Condomínio Parque* também trazem a natureza como uma forte referência. A placa do *Isla Jardim* tem a aplicação de um adesivo verde com estampa floral, percebida pela diferença de tons. A grafia da palavra *Isla* é feita em uma tipografia condensada de serifas retas, em estilo moderno. Esse estilo promove o efeito de sofisticação e contrasta com o traço mais manual da segunda tipografia, usada em *Jardim*, em que o movimento da linha é mais solto e orgânico. A placa é localizada em uma área de jardim, o que reafirma esse lugar de pertencimento. O logotipo do *Parc Victoria* se aproxima do de *Isla Jardim* enquanto campo simbólico, pois há nele um elemento que presentifica esse espaço de natureza elegante, requintada. Isso é percebido pela escolha da tipografia e do material usado para a placa, o vidro – aqui com sua textura evidenciada. A flor representada tem uma gradação de tons e a forma da pétala é geometrizada, distanciando-se do espaço natural. Desse modo, o que é apresentado nessa marca gráfica é um espaço de natureza



artificializada, não uma natureza orgânica, acessível a todos, mas, sim, uma natureza exclusiva, projetada e eficiente.

Também num sentido de exclusividade, temos o *Reservatto Condomínio Parque*, em que, tal como no *Isla Jardim*, a placa é adesivada, desta feita com o fundo branco e ilustrações de folhas na cor verde. Em primeiro plano, separado do fundo pela textura de aço escovado, há o nome do condomínio, em tipografia sem serifa, e a imagem manipulada de uma árvore sob um círculo verde, como um planeta. Dentro do espaço circular, há um "R" que promove a ideia de recorte exclusivo, como uma marca registrada. A natureza construída em *Reservatto* é também uma natureza artificial, perceptível pelo uso da textura de aço escovado que, aplicada à forma, delimita o que é espaço de fora e o que cabe à reserva.

Quando analisamos as placas de sinalização dos condomínios do bairro Passaré, a necessidade de distinção por signos valorados pela classe média, atuando como aspecto distintivo, não é tão evidente. No recorte desse bairro, percebemos que somente duas possuem o logotipo composto por tipografia e símbolo (*Horto Residence* e *Villa Rubi Residencial*). Todas as demais compõem-se somente por tipografias (*Condomínio Residencial Antônio Marques*, *Residencial Prudente Brasil*, *Condomínio Helder Leite Jr.* e *Residencial Parque Adriano*). No caso do *Condomínio Residencial Antônio Marques*, não consideramos os elementos de adorno na placa (grafismos de traço orgânico) como parte do logotipo. Para efeito de análise, seguiremos fazendo uma divisão entre placas que recorrem aos campos semânticos da arte e da natureza – com exceção do *Residencial Parque Adriano*, pois nesse não fica evidente que haja uma preocupação estilística.

Os condomínios *Antônio Marques*, *Prudente Brasil* e *Helder Leite Jr.* têm como escolha tipográfica um estilo caligráfico, que lembra uma escrita manual. Esse estilo é conhecido como *script* (*escritural*) (SILVA; FARIAS, 2005). Com baixo reconhecimento dos caracteres, as tipografias são de baixa legibilidade e leiturabilidade, pouco efetivas para uma sinalização. Os condomínios Antônio Marques e Prudente Brasil fazem uso de placas para delimitar o espaço de sinalização. O primeiro tem uma placa de vidro composta também por elementos de adorno que remetem ao estilo *art nouveau*. Já no segundo, há o texto grafado sobre material nobre, em granito. Pelo estilo de tipografia, elementos de adorno e uso dos materiais, percebe-se que, mesmo com baixo recurso, os espaços de sinalização se utilizam de estratégias estilísticas para se aproximar de um universo convencionalmente associado à elegância e à arte (caligrafia e adornos).

*Villa Rubi Residencial* também tem sua placa constituída por elementos que promovem uma associação com o *status* de riqueza, elegância e campo da arte. O símbolo do condomínio tem em sua composição dois elementos: um grafismo orgânico que lembra folhas que remetem também ao estilo *art nouveau*, e uma pedra preciosa lapidada, desenhada em traços retos. A tipografia não serifada de traço regular contrasta com os estilos adotados pelos elementos que

compõem o símbolo. Percebemos que há também uma intenção de promover, através dos estilos que compõem a placa de sinalização do condomínio, o ideal de riqueza, associando a morada ao espaço de requinte e sofisticação, nos moldes de uma elite abastada. Por último, *Horto Residence* tem em sua placa uma constituição aproximada de alguns dos condomínios no bairro Luciano Cavalcante. Buscando, também, códigos que reforçam a ideia de natureza, o condomínio tem seu logotipo composto por um símbolo que nos lembra a silhueta de folhas, e a tipografia do texto principal de escrita manual, remetendo também a traços orgânicos (LUPTON; PHILLIPS, 2014). Essa aproximação demonstra que há códigos comuns, compartilhados entre a classe média.

Mesmo diante das diferenças econômicas e sociais entre os bairros Luciano Cavalcante e Passaré, muito há em comum entre os sujeitos que neles habitam. Algo de equivalente os perpassa, via abstração simbólica, e toma forma na materialidade de seus objetos. Os logotipos, as placas vão além do intuito primário da sinalização e, no esforço estilístico, refletem anseios de afirmação e distinção na busca por códigos comuns de identificação, sejam ancorados no campo do capital cultural (artes visuais, arquitetura, caligrafia), sejam nas *novas raridades* ou em outras palavras de ordem que venham a ganhar expressão no discurso do capital.

### 3. Palavras finais

Se, historicamente, a classe média brasileira procura se distinguir das classes marginalizadas muito mais através da reprodução de um capital cultural do que financeiro (SOUZA, 2019), pudemos observar, neste artigo, de que modo tal estratégia se *materializa* na nomeação de alguns condomínios residenciais de Fortaleza-CE. Noutros termos, iluminamos, em *novos* produtos discursivos, a mesma *velha* tendência excludente que acompanha nossa classe média desde seu nascimento.

Embora apenas uma pesquisa de maior fôlego, envolvendo um maior número de condomínios, bairros e, quiçá, cidades possa levar às últimas consequências as questões que exploramos, entendemos que nosso intuito de deflagrar uma discussão tão ampla e extrair dela alguns primeiros resultados foi alcançado.

Assim, tanto os aspectos verbais – quando foi particularmente importante a intervenção da semiótica tensiva, com seus *valores de absoluto, valores de universo, triagem e mistura* (ZILBERBERG, 2011) – quanto os verbo-visuais – quando evidenciamos de que modo as técnicas de design simulam valores da arte ou da natureza – ajudaram-nos a iluminar o que havia de contrastante e de semelhante em nosso *corpus*.

Reconhecemos ainda que outros veios da semiótica francesa, a exemplo da sociosemiótica (LANDOWSKI, 2014) ou das práticas semióticas

(FONTANILLE, 2008), podem ser especialmente úteis numa continuidade desta pesquisa. Neste primeiro momento, porém, até pelas limitações de espaço deste trabalho, preferimos mobilizar, no que respeita às categorias semióticas, apenas o esquematismo tensivo de Zilberberg (2011). ●

---

## Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade do consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FONTANILLE, Jacques. *Pratiques sémiotiques*. Paris : PUF, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- LANDOWSKI, Eric. *Interações arriscadas*. Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014.
- LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. *Novos fundamentos do design*. Trad. Cristian Borges. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- SILVA, Fábio Luiz Carneiro Mourilhe; FARIAS, Priscila. Um panorama das classificações tipográficas. *Estudos em Design*, v. 11, n. 2, p. 67-81, 2005. Disponível em: [https://www.arcomodular.com.br/portugues/uploads/File/SILVA\\_FARIAS-PanoramaClassif.pdf](https://www.arcomodular.com.br/portugues/uploads/File/SILVA_FARIAS-PanoramaClassif.pdf). Acesso em: 26 fev. 2021.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- VARELLA, Drauzio. *Estação carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê, 2011.

---

## The Brazilian middle class: new fronts, old habits

 QUEIROZ, Lucas Porto de

 BARROS, Camila

---

**Abstract:** In this article, we seek to show the way that data, apparently as unpretentious as the names of residential condominiums in a large Brazilian city, can reveal the excluding way that our middle class historically behaves according to what the sociologist Jessé Souza (2019) has been defending. To enlighten this sociological background, we have used, in the first stage, the methodological categories of tensive semiotics (ZILBERBERG, 2011) and, in the second stage, we have analysed it through the categories of Design (LUPTON; PHILLIPS, 2014; SILVA; FARIAS, 2005). Our corpus is composed of 12 names of condominiums from Fortaleza- CE, of which six of them are located in a neighborhood of a more modest socioeconomic profile, Passaré, and six are located in a rich neighborhood in the city, Engenheiro Luciano Cavalcante.

**Keywords:** middle class; Brazil; condominiums; Semiotics; design.

---

### Como citar este artigo

QUEIROZ, Lucas Porto de; BARROS, Camila. Classe média brasileira: novas fachadas, velhos hábitos. *Estudos Semióticos* [online], volume 18, número 1. São Paulo, abril de 2022. p. 98-114. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse)>. Acesso em: dia/mês/ano.

---

### How to cite this paper

QUEIROZ, Lucas Porto de; BARROS, Camila. Classe média brasileira: novas fachadas, velhos hábitos. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18.1. São Paulo, april 2022. p. 98-114. Retrieved from: <[www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse)>. Accessed: month/day/year.

---

Data de recebimento do artigo: 13/02/2021.

Data de aprovação do artigo: 31/05/2021.

---

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.  
This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

